

**mercado**

# Novo alerta de tsunami na epidemia

Há indícios de novo repique da Covid em SP, como em outubro, dezembro e fevereiro

**Vinicius Torres Freire**

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O tsunami de 2004 matou 228 mil pessoas em países banhados pelo oceano Índico. Desde então, nos acostumamos a ouvir que, depois de um sismo submarino, foi dado um alerta de tsunami. Em geral, nada mais triste se passa. Um dia, porém, acontece algo como Fukushima, quando as ondas gigantes acabaram por causar 18 mil mortes. O estado de São Paulo deveria dar um alerta de tsunami na epidemia de Covid. Pode ser que nada ainda pior aconteça, mas há sinais preocupan-

tes nos últimos dez dias, por aí. Nos dados dos cientistas do Observatório Covid-19 Brasil, já era possível notar uma variação preocupante desde o dia 2. O “nowcasting”, a “previsão instantânea”, desde então apontava alta semanal de casos graves de SRAG. A informação mais recente é de 9 de maio. O número de novos casos notificados aumenta desde 8 de maio, pelos dados publicados pelo Seade, o “IBGE paulista”. Por si só, não é um bom indicador. Mas o número de novas internações em UTIs dos hospi-

tais estaduais aumenta desde 9 de maio. A média de internados em terapia intensiva praticamente parara de despiorar fazia uma semana e começou a subir desde domingo (16). O número de mortes voltou a crescer desde sábado (15). Pela fria estatística e seus testes, ainda não é possível cravar que algo de significativo esteja ocorrendo. No entanto, desde setembro vimos três ondas horríveis de doença e morte começarem do mesmo modo, três repiques, três tsunamis, que acabaram em nova

montanha de cadáveres. Depois de despiorar, a epidemia voltou a acelerar por volta de 20 de outubro, em 28 de dezembro e em 15 de fevereiro deste 2021. Não é uma lei, não é um ciclo necessário, não é destino. É um alerta. Pode ser um alarme falso de horror ainda maior, mas é preciso enfatizar a palavra “MAIOR”. A epidemia ainda é pior do que qualquer coisa que vimos de fevereiro de 2020 até meados de março de 2021, em termos de morte e circulação do vírus (em número absoluto de infec-

tados). Perde só para o morticínio de fins de março e abril. Nesta terça-feira (18), havia 10.159 internados nas UTIs dos hospitais estaduais (9.994, na média móvel de sete dias), maior que qualquer número até 15 de março deste ano. A média de mortes era de 492 por dia, número que não se viu na epidemia paulista de seu início até 19 de março. Pelos dados de mortes, internações em UTIs e casos confirmados, a epidemia está mais letal como nunca (afora março de abril): em resumo, mata relativamente mais doentes do que antes. Há sinais bem preocupantes em especial no interior, nos departamentos regionais de saúde de Piracicaba, Presidente Prudente, Registro e Sorocaba. Na cidade de São Paulo, ainda há despiora ligeira, quase estabilidade. Todos esses dados quase nada têm a ver com o que pode ter

acontecido no Dia das Mães, ocasião para muita reunião imprudente. Mais um motivo de preocupação. O que pode ser diferente agora? Para começar, podemos tentar evitar o repique dando o alerta de tsunami. Sendo desesperadamente otimista, pode ser também que a alta do número de vacinados e de infectados, talvez mais protegidos, impeça um repique tão violento como o do horror de março. O inquérito sorológico da cidade de São Paulo realizado em torno de 27 de abril estima que 33,5% dos moradores da cidade já tenham sido infectados (em 16 de fevereiro, eram 25%). Mas isso é especulação: a depender da nossa atitude quanto a máscaras, distanciamento e higiene, pode ser pior. Diante do desconhecido talvez terrível, é preciso que os governos lancem um alerta geral, em tom muito grave.

# Construção quer importar aço para conter alta de preço

Entidade pede redução de tributo; reajuste supera 50% na rede de distribuição

**Fernanda Brigatti**

SÃO PAULO A Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) apresentará à Camex (Câmara de Comércio Exterior) nos próximos dias um pedido formal para a redução do imposto para a importação de produtos feitos em aço.

A solicitação já tinha sido apresentada ao Ministério da Economia, a quem a Camex é vinculada, mas não foi discutida. A proposta do setor é uma redução de 12% para 1% da tarifa de importação por seis meses, com a possibilidade de renovação por igual período.

A expectativa das construtoras é que a medida possa aumentar a oferta e, com isso, criar pressão por preços menores no mercado interno. Produtos como vergalhões e bobinas acumulam altas de 68% e 76%, respectivamente, em 12 meses.

“Precisamos de um choque de oferta, ou a situação só vai se reequilibrar pela redução da demanda, que virá pela quebra de preço geral”, diz José Carlos Martins, presidente da Cbic.

Na rede de distribuição, segundo o Inda (Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço), a alta acumulada até maio está entre 50% e 52%, e as usinas já comunicaram que novos reajustes para junho e julho estão em estudo. Na CSN, fala-se em aumentos entre 5% e 10%.

Até o início do ano, as construtoras também relatavam dificuldade de abastecimento ou prazos muito longos para entregas. O Sinduscon-SP (sindicato da indústria do setor) divulgou carta na semana passada defendendo a repactuação de contratos.

Mesmo com o abastecimento normalizado, os atrasos registrados entre o terceiro e quarto trimestres do ano passado exigiram cronogramas mais longos de obras, segundo a entidade.

“O desabastecimento de alguns desses insumos reduziu a produtividade das obras, alongou os cronogramas de execução e acarretou mais custos.”

Já a Aço Brasil, entidade que representa as siderúrgicas, diz não haver desabastecimento. Em abril, o setor registrou produção de 3,1 milhões de toneladas de aço bruto, o melhor resultado desde outubro de 2018, e alta de 59,3% ante o mesmo período de 2020.

Ainda que a comparação com o ano passado se refira

## Produção de aço foi recorde em abril

	Produção em abril			Produção de jan-abril		
	Em mil toneladas			Em mil toneladas		
	2020	2021	Variação (em %)	2020	2021	Variação (em %)
Aço bruto	1.929	3.073	59,3	10.164	11.782	15,9
Laminados	1.278	2.268	77,4	7.122	8.649	21,4
Planos	834	1.345	61,3	4.233	5.063	19,6
Longos	445	923	107,5	2.889	3.586	24,1
Semiacabados	599	638	6,4	2.665	2.515	-5,6
Placas	571	583	2,1	2.533	2.386	-5,8
Lingotes, blocos e tarugos	29	55	92,5	132	129	-2,2
Ferro-gusa	1.751	2.347	34,1	8.198	9.204	12,3



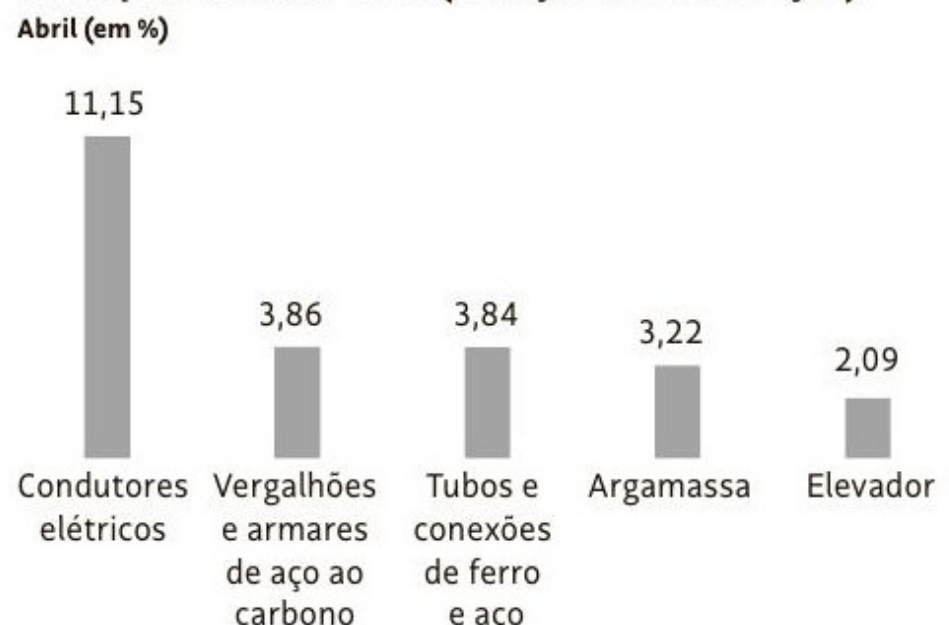
## Matérias-primas para produção de aço

Variação em 12 meses até março (em%)



Fontes: Aço Brasil e FGV

## Principais altas no INCC (inflação da construção)



a um período de queda brusca na produção —era o início da pandemia—, o presidente-executivo da Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, diz que os resultados do quadrimestre demonstram que a produção siderúrgica em 2021 já supera o pré-pandemia.

As vendas internas, de janeiro a abril, subiram 40,5% ante o mesmo período de 2020. A produção de laminados, que abastece as indústrias de automóveis, naval e de construção civil, foi de 2,3 milhões de toneladas, 77,4% superior à de abril de 2020. Os setores de construção, bens de capital e veículos consomem 82,2% do

aço produzido no Brasil. No caso das obras, os principais produtos são os longos, que as construtoras compram diretamente nas usinas.

A Aço Brasil diz que não discute preços, uma vez que as siderúrgicas são livres para agir conforme o mercado, mas não ignora que os produtos siderúrgicos estejam mais caros. “Abastecimento tem. Em relação ao preço, a gente não fala porque isso cabe às empresas, mas temos que lembrar que nossas matérias-primas subiram 147%”, diz Marco Polo.

Ele afirma ainda que, enquanto produtos muito utilizados em obras, como as bo-

binas, tiveram alta de 76% no Brasil, o mesmo produto subiu 125% em dólar no mercado doméstico nos EUA.

Para o dirigente da entidade, relatos de desabastecimento podem estar ligados ao que ele chama de estoque defensivo ou especulativo, nos quais as distribuidoras estariam aumentando o volume de compra para evitar aumentos.

Para a Cbic, é improvável que, entre as construtoras, alguém esteja conseguindo estocar produtos em aço. Ele não descarta, porém, que alguma opte por aumentar o nível de estoque no mês que antecede um novo reajuste.

# Benjamin Steinbruch tem vitória em disputa familiar bilionária

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS O Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou nesta terça (18) decisão favorável ao empresário Benjamin Steinbruch na disputa travada entre dois ramos da família pelo controle e patrimônio das empresas do grupo Vicunha: a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), a Vicunha Têxtil, o Banco Fibra, fazendas e uma securitizadora, entre outros.

No julgamento, a Segunda Câmara Reservada de Direito Empresarial manteve a decisão da 2ª Vara Empresarial de São Paulo, que negara o pedido de dissolução do grupo. O patrimônio líquido total em disputa superava os R\$ 9 bilhões em 2018, quando os irmãos Leo e Clarice Steinbruch, primos de Benjamin, Ricardo e Elisabeth, contestaram contratos que estabelecia as proporções de cada ramo da família nas empresas do grupo.

A decisão unânime dos cinco magistrados mantém o controle do grupo nas mãos de Benjamin, presidente da CSN. “A turma também foi unânime em reconhecer que os majoritários estavam descumprindo os acordos de acionistas válidos e os condenando a cumpri-los”, afirmou o advogado Ricardo Tepedino, do escritório Tepedino, Migliore, Berezowski e Poppa, que representa Leo e Clarice.

Tepedino diz que, desde 2018, o ramo majoritário deixara de cumprir os acordos de acionistas e estatutos que asseguravam paridade entre eles e os minoritários nos órgãos de direção das holdings do grupo, afirmando que eles não mais tinham eficácia.

Léo e Clarice “pediram então que ou as holdings fossem dissolvidas ou fosse reconhecido que os acordos e estatutos tinham, sim, valor e que deveriam ser cumpridos pelo ramo majoritário”, afirma o advogado. A câmara do TJ negou a dissolução do grupo, mas deu razão aos minoritários ao determinar que os acordos de acionistas e estatutos sejam cumpridos.

As desavenças entre os ramos da família tiveram início após a morte dos fundadores das empresas, os irmãos Mendel (pai de Benjamin, Ricardo e Elisabeth) e Eliezer Steinbruch (pai de Leo, Clarice e Fabio, já morto).

Em 1994, eles fizeram um contrato para regular a relação dos dois, assinado também pelos seis filhos herdeiros. Pelo acordo, 60% da Vicunha e da CSN seria propri-

idade de Mendel, e 40%, de Eliezer. Nos demais negócios, a divisão seria de 55% para Mendel e 45% para Eliezer.

Após a morte dos patriarcas, em 1994 e 2008, respectivamente, houve várias tentativas de acordo para separar o patrimônio, sem sucesso.

O conflito judicial começou em março de 2018, quando ação pedindo a venda de todas as empresas do grupo foi movida pela CFL Participações, holding de Leo e Clarice Steinbruch, contra a holding Rio Purus, de seus primos.

Leo e Clarice são minoritários nas empresas e foram excluídos da administração dos braços têxtil e siderúrgico do grupo e do patrimônio imobiliário, conforme disse Tepedino na época da ação.

“A situação de convívio se deteriorou, e a Rio Purus passou a desrespeitar todas as regras de governança que constavam do contrato de 1994”, afirmou Tepedino. A decisão desta terça reconhece a validade dessas regras.

Segundo os advogados da Rio Purus, Paulo Lazzareschi e Caio Bolina, na prática, as decisões continuam nas mãos de Benjamin: “Em caso de empate no conselho das empresas do Grupo Elisabeth, a decisão é do grupo de Benjamin, e, em caso de empate no conselho das empresas do Vicunha, quem decide é a assembleia por maioria —maioria essa que é do grupo de Benjamin”.

Os representantes dos dois ramos afirmam ser cedo para dizer se haverá recurso. Mas, segundo Lazzareschi, a decisão contra a dissolução do grupo dificilmente será revertida, pois se trata de questão de fato, e não de direito (de interpretação). Mesmo que os advogados da CFL recorressem ao STJ, o caso não prosperaria porque essa instância só decide questões de direito.

## Companhia Brasileira de Alumínio pede aval para lançar ações

A CBA quer usar os recursos do IPO para financiar seu crescimento orgânico e comprar rivais. O anúncio acontece em meio a uma escalada dos preços mundiais de commodities metálicas. O mês passado, a siderúrgica CSN concluiu a listagem de sua unidade de minério de ferro CSN Mineração. Também nesta terça (18), a CSN anunciou que fará IPO de outra unidade, a CSN Cimentos.